



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - 3226-1007 (Fax)
R. Corumbá, Q 28 - CEP 79370-000 - C. Postal 12 - CNPJ 02.017.960/0001-90 - Ladário-MS

LEI COMPLEMENTAR Nº 132/PML, DE 3 DE AGOSTO DE 2021.

SANCIONO a presente Lei.
Em: 13 de agosto de 2021.


IRANIL DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal

Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 67-A, de 26 de dezembro de 2012, dispondo sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Ladário-MS, realizando a adequação ao Art. 9º, § 4º, da EC nº 103/2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º Os Art. 131 e 132 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012, são alterados, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 131. A contribuição previdenciária mensal dos segurados ativos, para a manutenção do PREVLADÁRIO, corresponderá à alíquota de quatorze por cento (14%), incidente sobre a remuneração de contribuição.

Art. 132. A contribuição previdenciária mensal dos aposentados e pensionistas corresponderá à alíquota de quatorze por cento (14%), incidente sobre o provento de aposentadoria ou pensão, com valor superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As novas alíquotas entram em vigor 90 (noventa) dias após à publicação da presente Lei.”.

Art. 2º A Taxa de Administração para custeio das despesas do PREVLADÁRIO será de até 3,0% (três inteiros por cento), aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao ente previdenciário, apurados no exercício financeiro anterior.

§ 1º Esta taxa de administração observa a Portaria nº 19.451 do Ministério da Economia/ Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, de 18 de agosto de 2020, que disciplinou a observância do índice ISP-RPPS de cada ente previdenciário.

§ 2º Este percentual corresponde à atual classificação do PREVELADÁRIO quanto ao Indicador de Situação Previdenciária - ISP-RPPS, sendo considerado como ente previdenciário de Médio porte.

§ 3º Em razão de futura reclassificação do ISP-RPPS, esta taxa poderá ser alterada por decreto pelo Poder Executivo Municipal.

§ 4º Fica revogado o Art. 178 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012, naquilo que for incompatível com esta Lei.

Art. 3º A contribuição previdenciária patronal do ente público municipal será estabelecida anualmente de acordo com o cálculo atuarial realizado pelo próprio ente previdenciário.



Art. 4º Ficam revogadas, na Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012, no seu Art. 52, inciso I as alíneas “f”, “g”, “h” e, no inciso II a alínea “b”.

Art. 5º O Art. 91 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91. O auxílio-doença será pago pelo ente público municipal.”

Art. 6º O § 2º do Art. 94 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O salário-maternidade será pago pelo ente público municipal.”

Art. 7º O § 3º do Art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º O salário-família será pago pelo ente público municipal.”

Art. 8º O Município deverá estabelecer e gerenciar a sua perícia médica, sendo esta responsável pela análise e fundamentação dos benefícios trabalhistas a serem concedidos aos seus servidores, entre eles: o auxílio-doença, salário-maternidade e o salário-família.

Parágrafo único. Fica revogado a alínea V do Art. 163 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012.

Art. 9º A Lei Complementar Municipal nº 67-A, de 26 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida dos artigos 166-A e 166-B, com a seguinte redação:

“Art. 166-A Os servidores lotados no PREVLADÁRIO poderão, a critério do Diretor-Presidente do Instituto, receber gratificação, desde que custeada pelo próprio PREVLADÁRIO com recurso da taxa de administração e, também, sejam respeitados os mesmos parâmetros legais de concessão aplicados aos servidores lotados no Município de Ladário/MS.

Art. 166-B O exercício da função de Conselheiro do Conselho de Administração do PREVLADÁRIO (CAPREV) e de Membro do Comitê de Investimentos do PREVLADÁRIO será remunerado através de jeton de presença, a razão de R\$ 300,00 (trezentos reais), condicionado a presença dos membros nas reuniões realizadas no período de um mês, abrangendo as reuniões ordinárias mensais e eventuais reuniões extraordinárias, conforme previsto em regulamento.

§ 1º O jeton de presença, de natureza indenizatória, será pago pelo PREVLADÁRIO, com recurso da taxa de administração, diretamente aos Conselheiros do CAPREV ou Membro do Comitê de Investimentos, não se incorporando à remuneração pessoal do servidor, para qualquer efeito, nem gerando qualquer vínculo ou direito adicional em seu favor.

§ 2º O valor do jeton poderá ser reajustado anualmente, a partir de 1º de janeiro de cada ano, de acordo com a variação do IPCA do IBGE do ano anterior, por portaria do Prefeito Municipal.

§ 3º Fica vedada qualquer outra forma de remuneração pelo exercício da função de Conselheiro do CAPREV e de Membro do Comitê de Investimentos do PREVLADÁRIO.”

Art. 10 O ocupante do cargo de Diretor-Presidente do PREVLADÁRIO poderá receber gratificação mensal de até a 100% (cem por cento) da base paga ao símbolo DGA-03.

Parágrafo único: A despesa contida no *caput* deste artigo correrá a cargo da taxa de administração do PREVLADÁRIO.



Art. 11 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Ladário-MS, 3 de agosto de 2021.

Renan Antônio Encinas Pereira do Nascimento
1º Vice-Presidente

Daniel Benzi
Presidente

Bruno Emanuel Fonseca da Cruz
2º Vice-Presidente

Jonil Junior Gomes Barcellos
1º Secretário

Carlos Eduardo Fernandes Silva
2º Secretário

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LADÁRIO**

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO 2022**

O Prefeito Municipal de Ladário-MS, Sr. **IRANIL DE LIMA SOARES**, cumprindo o que dispõe a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município de Ladário-MS, e Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público e convoca a sociedade em geral para uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que fará realizar no dia **25/08/2021 (Quarta-Feira), às 09:00 horas**, com a finalidade de debater e contribuir para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022.

A Referida Audiência Pública será realizada e transmitida online, através do facebook da Prefeitura Municipal de Ladário, pelo link, <https://www.facebook.com/prefeituradeladario/>, em atendimento às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), de não aglomeração de pessoas, bem como a utilização de máscara facial e álcool em gel para evitar o contágio e proliferação do vírus COVID-19.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, que será publicado na imprensa e afixado na sede da Prefeitura, a fim de ser dada publicidade e ampla divulgação da audiência pública e seus objetivos.

Ladário-MS, 10 de agosto de 2021.

IRANIL DE LIMA SOARES**Prefeito Municipal**

Matéria enviada por Robson Costa da Conceição

Gabinete do Prefeito**LEI COMPLEMENTAR Nº 132/PML, DE 3 DE AGOSTO DE 2021.**

Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 67-A, de 26 de dezembro de 2012, dispoendo sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Ladário-MS, realizando a adequação ao Art. 9º, § 4º, da EC nº 103/2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º Os Art. 131 e 132 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012, são alterados, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 131. A contribuição previdenciária mensal dos segurados ativos, para a manutenção do PREVLADÁRIO, corresponderá à alíquota de quatorze por cento (14%), incidente sobre a remuneração de contribuição.

Art. 132. A contribuição previdenciária mensal dos aposentados e pensionistas corresponderá à alíquota de quatorze por cento (14%), incidente sobre o provento de aposentadoria ou pensão, com valor superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As novas alíquotas entram em vigor 90 (noventa) dias após à publicação da presente Lei."

Art. 2º A Taxa de Administração para custeio das despesas do PREVLADÁRIO será de até 3,0% (três inteiros por cento), aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao ente previdenciário, apurados no exercício financeiro anterior.

§ 1º Esta taxa de administração observa a Portaria nº 19.451 do Ministério da Economia/ Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, de 18 de agosto de 2020, que disciplinou a observância do índice ISP-RPPS de cada ente previdenciário.

§ 2º Este percentual corresponde à atual classificação do PREVLADÁRIO quanto ao Indicador de Situação Previdenciária - ISP-RPPS, sendo considerado como ente previdenciário de Médio porte.

§ 3º Em razão de futura reclassificação do ISP-RPPS, esta taxa poderá ser alterada por decreto pelo Poder Executivo Municipal.

§ 4º Fica revogado o Art. 178 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012, naquilo que for incompatível com esta Lei.

Art. 3º A contribuição previdenciária patronal do ente público municipal será estabelecida anualmente de acordo com o cálculo atuarial realizado pelo próprio ente previdenciário.

Art. 4º Ficam revogadas, na Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012, no seu Art. 52, inciso I as alíneas "f", "g", "h" e, no inciso II a alínea "b".

Art. 5º O Art. 91 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. O auxílio-doença será pago pelo ente público municipal."

Art. 6º O § 2º do Art. 94 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O salário-maternidade será pago pelo ente público municipal."

Art. 7º O § 3º do Art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º O salário-família será pago pelo ente público municipal."

Art. 8º O Município deverá estabelecer e gerenciar a sua perícia médica, sendo esta responsável pela análise e fundamentação dos benefícios trabalhistas a serem concedidos aos seus servidores, entre eles: o auxílio-doença,

salário-maternidade e o salário-família.

Parágrafo único . Fica revogado a alínea V do Art. 163 da Lei Complementar Municipal nº 67-A/2012 .

Art. 9º A Lei Complementar Municipal nº 67-A, de 26 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida dos artigos 166-A e 166-B, com a seguinte redação:

“Art. 166-A Os servidores lotados no PREVLADÁRIO poderão, a critério do Diretor-Presidente do Instituto, receber gratificação, desde que custeada pelo próprio PREVLADÁRIO com recurso da taxa de administração e, também, sejam respeitados os mesmos parâmetros legais de concessão aplicados aos servidores lotados no Município de Ladário/MS.

Art. 166-B O exercício da função de Conselheiro do Conselho de Administração do PREVLADÁRIO (CAPREV) e de Membro do Comitê de Investimentos do PREVLADÁRIO será remunerado através de jeton de presença, a razão de R\$ 300,00 (trezentos reais), condicionado a presença dos membros nas reuniões realizadas no período de um mês, abrangendo as reuniões ordinárias mensais e eventuais reuniões extraordinárias, conforme previsto em regulamento.

§ 1º O jeton de presença, de natureza indenizatória, será pago pelo PREVLADÁRIO, com recurso da taxa de administração, diretamente aos Conselheiros do CAPREV ou Membro do Comitê de Investimentos, não se incorporando à remuneração pessoal do servidor, para qualquer efeito, nem gerando qualquer vínculo ou direito adicional em seu favor.

§ 2º O valor do jeton poderá ser reajustado anualmente, a partir de 1º de janeiro de cada ano, de acordo com a variação do IPCA do IBGE do ano anterior, por portaria do Prefeito Municipal.

§ 3º Fica vedada qualquer outra forma de remuneração pelo exercício da função de Conselheiro do CAPREV e de Membro do Comitê de Investimentos do PREVLADÁRIO.”.

Art. 10 O ocupante do cargo de Diretor-Presidente do PREVLADÁRIO poderá receber gratificação mensal de até a 100% (cem por cento) da base paga ao símbolo DGA-03.

Parágrafo único: A despesa contida no *caput* deste artigo correrá a cargo da taxa de administração do PREVLADÁRIO.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Ladário-MS, 3 de agosto de 2021.

IRANIL DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Divino da Costa Soares

Secretaria Municipal de Administração
PORTARIA Nº 001/SMS, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

Designação dos membros da Comissão para

Avaliação dos Documentos referente ao Credenciamento Nº 001/2020 – Processo Nº 049/2020.

A **Secretária Municipal de Saúde**, Estado de Mato Grosso do Sul no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 75, Paragrafo Único, Seção V da Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990, resolve:

Art. 1º Designar os servidores Nathany Garcia Nolasco, Genise Assad de Paula e Matheus Dias dos Santos, sob a presidência da primeira, para compor a Comissão de Seleção de Chamamento Público para fins de Credenciamento de Clínicas ou Comunidades Terapêuticas especializadas e cadastradas no CNES, para tratamento de pessoas dependentes químicos de álcool e outras drogas, em regime de internação voluntária e involuntária através de ordem judicial e serviço de resgate e remoção de pacientes, pelo Município de Ladário - MS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Ladário-MS, 11 de Agosto de 2021.

Josiane Braga
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº183/2020

Matéria enviada por Simone Santos Almeida

Secretaria Municipal de Administração
PORTARIA Nº 002/SMS, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

Designação dos membros da Comissão para

Avaliação dos Documentos referente ao Chamamento Público Nº003/2019 – Processo Nº170/2019.

A **Secretária Municipal de Saúde**, Estado de Mato Grosso do Sul no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 75, Paragrafo Único, Seção V da Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990, resolve:

Art. 1º Designar os servidores Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz, Ketellen Karoline Silva de Oliveira e Matheus Dias dos Santos, sob a presidência da primeira, para compor a Comissão de Seleção de Chamamento Público para fins de Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços médicos e de apoio diagnóstico para atender as necessidades do Município de Ladário, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Ladário-MS, 11 de Agosto de 2021.

Josiane Braga
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº183/2020

Matéria enviada por Simone Santos Almeida